

A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento

The Information Science, Memory and Forgetfulness

por [Silvana Drumond Monteiro](#) e [Ana Esmeralda Carelli](#) e [Maria Elisa Valentin Pickler](#)

Resumo: A preservação da memória esteve em evidência na Ciência da Informação que não contempla explicitamente o esquecimento, destinando-se, em suas teorias e práticas, a preservar a memória da humanidade. Com o advento das tecnologias da Internet que possibilitaram o surgimento do ciberespaço e a virtualidade das formas simbólicas, a preservação, como nós a entendemos, já não parece plenamente possível nesse meio. Discute-se o esquecimento, nas três temporalidades da memória: oral, escrita e digital, mediante o seu relacionamento com a área da Ciência da Informação, que considera a preservação como a principal categoria da memória.

Palavras-chaves: Memória; Esquecimento; Ciência da informação; Tecnologias da informação e comunicação.

Abstract: Memory preservation has always been evident in Information Science which does not regard forgetfulness in theory and practice. It aims at preserving humankind memory. Due to Internet technology it was possible the birth of cyberspace and the virtuality of symbolic forms (or sign landlessness). Memory preservation, as we understand, does not seem possible in this environment. This article aims at discussing forgetfulness in three modes of memory: spoken, written and digital concerning Information Science principles which consider preservation as the main feature of memory.

Keywords: Memory; Forgetfulness, Information science; Information and communication technology.

Introdução

A Ciência da Informação, campo interdisciplinar de conhecimento, responde aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos humanos ([Saracevic](#), 1996). Nesse sentido, nas subáreas da Ciência da Informação, a preservação é um aspecto central de preocupação e ocupação dos profissionais que atuam nos espaços destinados à memória.

Desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da memória da humanidade, pelo qual, a perspectiva da memória é vista como preservação. Ao preservar documentos, os lugares da memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país e, com isso, a Ciência da Informação desconsiderou um importante aspecto da memória: o esquecimento.

Segundo Nora ([Lucas](#), 1998), os lugares da memória podem ser classificados em lugares topográficos, como as bibliotecas, arquivos e museus, em lugares funcionais, a que pertencem os manuais, as autobiografias ou as associações e os lugares monumentais, que são os cemitérios ou as arquiteturas.

Já nos primórdios de sua história, o homem constrói espaços destinados à armazenagem dos registros produzidos pelas civilizações, em especial a biblioteca, [Matos](#) (2006, p.7) afirma *"livro e bibliotecas dizem respeito à criação de um espaço comum para a apreensão e preservação da memória escrita, das aventuras, pensamentos e das suas experiências."*

Os lugares da memória podem ser comparados à memória de longo alcance, graças à preservação de seus suportes materiais. Assim, a Ciência da Informação *"esqueceu-se"* que o esquecimento faz parte da memória, pois o paradigma da área é uma extensão da materialidade dos livros, dos textos e do signo fixo e territorializado.

A memória, sob uma perspectiva evolutiva, foi definida por [Chapouthier](#) (2005, p.9) em dois sentidos. No sentido estrito, *"memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento."* Em uma concepção mais ampla, o autor afirma que a memória é, também, *... todo traço deixado no mundo ou*

nos componentes deste por um determinado evento.”

Segundo [Barros](#) (2005, p.1), uma forma simples de defini-la seria dizer que “ memória é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações. *A aquisição é também denominada de aprendizado.” “A evocação é também chamada recordação, lembrança, recuperação.”*

Para [Ferreira e Amaral](#) (2004, p.139), “*Falar de memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro.*”

Em qualquer tempo, a memória é evocação do passado, o tempo que ficou perdido e não voltará mais. Explica [Ribeiro](#) (2007, p.1):

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos.

Alguns estudos, como os de [Izquierdo](#) (2002; 2004), revelam que a memória humana (*biológica*), caracterizada como complexa, na sua estrutura e no seu funcionamento, precisa esquecer para não se sobrecarregar. Nesse caso, o esquecimento não é considerado um lapso ou um problema, mas um processo natural e necessário para o funcionamento da memória.

A memória humana, como já mencionado, precisa esquecer determinadas informações consideradas de pouca relevância a fim de “deixar espaço” para absorver e reter informações mais importantes. A preocupação com a preservação dos saberes cresceu com o advento e constante crescimento do ciberespaço, um meio virtual de disponibilização de informações e conhecimentos caracterizado pela sua natureza desterritorializada.

O [ciberespaço](#) é um ambiente inconstante e virtual, no qual os dados se encontram em interminável movimento e se sucedem, se modificam, se interagem e se excluem. No ciberespaço a questão da preservação da informação e do conhecimento é questionada, pois, estando no ambiente virtual, não há garantias de que uma informação esteja disponível após certo tempo. O ciberespaço, devido as suas características intrínsecas, torna evidente o esquecimento, isso porque a preservação, nesse meio e neste momento, não é um fator essencial.

De acordo com [Lévy](#) (1998), as redes de comunicação e as memórias digitais incorporarão a maioria das representações e mensagens produzidas no planeta, graças ao que teríamos boas novidades no mundo virtual, mas também apagamentos de memórias. “*As possibilidades materiais de armazenamento nunca foram tão grandes, mas não é a preocupação com o estoque ou a conservação que impulsiona a informatização.*” (1993, p. 115).

A relação da memória com as técnicas (ou suportes) é antiga, pelo que [Ferreira e Amaral](#) (2004, p.138) afirmam que:

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem, a escrita, falar de memória é falar de esquecimento.

Certamente, os autores devem, na citação supracitada, reportar-se à memória social, mas, seja como for, a associação da memória com as técnicas ou próteses parece-nos inevitável. Acrescentam ainda que os suportes da memória não são apenas meios de conservação, mas as próprias condições de sua elaboração.

Nesse contexto, existe uma movimentação, a partir do advento do computador, entre a metáfora do computador, nas Ciências Cognitivas, e a da mente, no Conexionismo, como modelos de memória. Vale

observar que essas metáforas, ao longo da História, são influenciadas pelas tecnologias de informação e comunicação, de modo que desde:

Platão até pesquisadores atuais das redes neurais, essas metáforas adquirem caráter técnico cada vez maior.... Embora durante séculos a memória artificial da escrita ou a impressão de um lacre pareciam imagens suficientes para os filósofos, no século 17 surgiram metáforas mais complicadas, oriundas de analogias mecânicas. ... As memórias artificiais parecem provar a viabilidade de uma explicação material humana sem menção a algo etéreo como espírito ou consciência. (Draissma, 2005, p. 316-7).

Essa movimentação, entre os modelos de memória e os deslocamentos semânticos relacionados às tecnologias, suscita-nos três categorias: a preservação (*retenção*), lembrança (*ou recuperação*) e o esquecimento. Enquanto a memória biológica define-se como faculdade mental de registro e, na armazenagem de informações no cérebro para posterior revocação (*lembrança*), a memória registrada seria todo o legado preservado de um povo, ao longo dos tempos. Nessa perspectiva, o esquecimento é inerente a essas memórias, embora se faça presente com mais frequência em um ou outro caso, conforme trataremos ao longo deste artigo.

O ciberespaço irrompe como novo meio de disponibilização de informações e conhecimentos e, portanto, um novo foco de trabalho da ciência da informação, trazendo à tona a outra face da memória: o esquecimento. O artigo visa demonstrar como o esquecimento se faz presente na memória, seja esta biológica ou técnica, e, embora a área de Ciência da Informação objetive preservar a memória, o esquecimento, de qualquer forma, está inserido na memória preservada pela área.

Não obstante, é raro, e até parece contraditório, algum trabalho de pesquisa, da área da Ciência da Informação, sobre o esquecimento. Mas encarar essa empreitada é o nosso grande desafio. Reconhecemos, também, que as tecnologias da informação e comunicação engendram várias possibilidades de investigação na Ciência da Informação, e por suposto, na memória, sendo o esquecimento uma delas, abordada no artigo em tela.

O Esquecimento como Categoria da Memória

Categoria, em geral, é qualquer noção que sirva de regra para a investigação ou sua expressão lingüística em qualquer campo (Abbagnano, 2003). Segundo a filosofia aristotélica, as categorias, no sentido lógico, são os modos mais gerais de predicar um sujeito. Assim, a memória possui vários predicados, ou categorias, sob os quais ela pode ser analisada, tais como: espaço, tempo, representação, preservação, esquecimento, história, faculdades mentais e técnicas, dentre outras.

Seja qual for o esquema categórico para estudar a memória, neste artigo abordamos o esquecimento como uma das categorias da memória no contexto da memória biológica e das memórias técnicas, entendidas, estas últimas como memória externalizada e mediada pelos registros do conhecimento.

Na mitologia grega, segundo os poemas de Hesíodo, constantes na “*Teogonia*”, a *Mnemosýne* (*memória*) gerou as *Musas* (Brandão, 2000). A *Mnemosýne* era memória pura, mas ao gerar as Musas com Zeus, elas já não têm mais o atributo de memória pura, mas carregam consigo o esquecimento (*lesmosýne*). Não do esquecimento absoluto, mas de uma memória para o esquecimento de algumas coisas, nomeadamente os males. Explica, ainda, Brandão (2000, p.18):

"trata-se de uma memória que, em vez de fluir sem limites, faz cessar algumas coisas, especificamente as preocupações. Se as musas fossem só memória, sem o esquecimento e a pausa, não deixariam de ser o mesmo que representam as sereias e acabariam por tornar-se fatais. Ora, ao unir-se a Memória a Zeus, mesclando-se com ele, na própria lógica da metáfora sexual, introduz-se nela algo diferente, algo que, tratando-se de uma divindade cujo nome revela um

atributo unívoco bem estabelecido, só pode ser não-memória. As Musas, portanto, não são exclusivamente memória, mas memória e não-memória (expressa esta última como esquecimento, pausa). "

É na voz das musas, pelas palavras, na linguagem, que se dá a nomeação, a presentificação, a revelação, e também o simulacro, a mentira e o esquecimento ([Smolka](#), 2000). As musas (*origem da palavra museu*) eram divindades inspiradoras das nove artes, a saber: a música, a poesia épica, a História, a dança (*e a dança com flautas*), a poesia lírica, a tragédia, a comédia, os hinos sagrados e a Astronomia. Dessas artes, a relação da musa (*de genealogia da Memória*) com a História fortaleceu-se de modo que se formou um vínculo forte “quase” indefectível entre as mesmas.

Santo Agostinho, doutor da Igreja Católica (séc.IV 345-430 d.C) e estudioso de Platão, cita em “*Confissões*”:

Que é esquecimento senão a privação da memória? E como é, então, que o esquecimento pode ser objeto da memória se, quando está presente, não me posso recordar? Se nós retemos na memória aquilo de que nos lembramos, e se nos é impossível, ao ouvir a palavra ‘esquecimento’, compreender o que ela significa, a não ser que dele nos lembremos, conclui-se que a memória retém o esquecimento. A presença do esquecimento faz com que o não esqueçamos; mas quando está presente, esquecemo-nos. (Santo Agostinho, Livro X, 16.24).

Para [Ribeiro](#) (2007) o esquecimento é algo inerente e constante das diversas culturas, e ocorre por diferentes razões, sejam por mediações entre grupos, por lutas ou mesmo disputas.

O Esquecimento na Memória Biológica

Há, pelo menos, duas classificações da memória, uma quanto à duração de permanência dos fatos, a outra quanto ao conteúdo. A memória biológica, de acordo com seu tempo de duração, pode ser dividida em: memória de trabalho, memória de curta duração e memória de longa duração. [Izquierdo](#) (2004, p.23-25; 2006, p. 293) diferencia essas memórias da seguinte forma:

- *memória de trabalho ou operacional: “... é a que usamos para entender a realidade que nos cerca e poder efetivamente formar ou evocar outras formas de memória.” ([Izquierdo](#), 2004, p.23); não produz arquivos, pois as informações desaparecem em segundos ou, no máximo, minutos. A memória de trabalho é o instrumento que possuímos para analisar a realidade, e seu funcionamento é constante, mas é, por sua definição, fugaz. O esquecimento rápido é sua propriedade fundamental;*

- *memória de curta duração: é a memória que dura no máximo seis horas, o suficiente para que se possa formar a memória de longa duração. A memória de curta duração serve apenas para manter a informação disponível durante o tempo que requer a memória de longa duração para ser construída. Serve ao propósito de um albergue provisório para a informação que depois poderá ou não ser armazenada como memória mais estável ou permanente; corresponde ao que William James (1980) denominava memória primária;*

- *memória de longa duração ou remota: essa memória demora horas para ser construída e pode durar anos, ou décadas. A maioria de nossas memórias de longo prazo tem uma carga emocional agregada, pois como observa [Izquierdo](#) (2004), nós gravamos melhor, e temos uma tendência muito menor a esquecer as memórias de alto conteúdo emocional.*

Com relação ao conteúdo, [Barros](#) (2005, p.1) assim a classifica:

• *memória declarativa: aquela para fatos ou eventos e qualquer informação que possa ser expressa conscientemente;*

• *memória procedural ou implícita: é adquirida gradativamente e, além disso, evocada de modo inconsciente, ou seja, são hábitos adquiridos e utilizados para procedimentos, como andar de bicicleta, dirigir um carro ou nadar.*

As memórias têm origem nas conexões entre os neurônios, pontos de contato que recebem a denominação de sinapses. Quando uma sinapse é ativada, o fortalecimento temporário observado na formação da memória de curto prazo é criado. Nesse caso, o efeito dura apenas de minutos a horas. Para as memórias de longo prazo, as sinapses tornam-se permanentemente fortalecidas ([Fields](#), 2005).

As lembranças momentâneas necessárias para atuar no presente são manipuladas sem problemas por ajustes transitórios no fortalecimento individual das sinapses. Segundo [Fields](#) (2005), quando a importância de um acontecimento é grande o bastante, ou ele se repete vezes suficientes, as sinapses fazem com que o neurônio dispare impulsos fortes e repetidos, com a finalidade de que o evento seja gravado. Os genes necessários são ativados e, quando as proteínas encontram as sinapses responsáveis pela memória de curto prazo, estas se tornam, de fato, memórias permanentes.

Entretanto, quando as sinapses não são utilizadas, atrofiam-se, e as lembranças ligadas a elas podem enfraquecer e até desaparecer completamente, provocando o esquecimento.

O esquecimento acontece, portanto, porque recebemos informações o tempo todo, tornando a atividade de gravar tudo o que vemos, sentimos e ouvimos em nossa memória, impossível. Dessa forma, o cérebro trabalha processando os dados recebidos, armazenando o que é importante e descartando o que não tem utilidade; assim, esquecer é tão natural quanto lembrar ([Izquierdo](#), 2002; [Izquierdo et al.](#) 2006). [Izquierdo](#) (2004) afirma que em nossa mente há mais esquecimento do que lembrança, uma vez que a própria memória é feita, basicamente, de esquecimento. Nesse contexto, [Izquierdo](#) (2006) apontam a existência das seguintes formas de esquecimento: a extinção, a repressão, a não-persistência das memórias de curta duração e o esquecimento real.

A extinção como forma de esquecimento pode ser explicada como um processo condicionado ou incondicionado entre um estímulo e sua lembrança. Utilizada para tratamentos de fobias e medo, em que terapeuticamente essas associações são desvinculadas de modo a afastar um trauma de seu evento. É também um comportamento de grande valor adaptativo, “*porque nos impede de insistir na realização de comportamentos (ou manter pensamentos) que já não se ligam mais com a realidade.*” ([Izquierdo et al.](#), 2006, p. 290). A repressão, postulado freudiano, também pode ser um processo voluntário ou involuntário, de modo que:

Há muitas evidências de que ambas as formas de repressão representam, essencialmente, a mesma coisa. Se o cérebro reprime determinada(s) memória(s), deverá ser em razão de um estímulo originado em algum lugar, seja esse voluntário ou não. Esse estímulo de provir da própria memória, por definição. ([Izquierdo et al.](#), 2006, p. 291).

A não-persistência das memórias de curta duração não é esquecimento real, posto que nesses casos não houve uma memorização de fato. É o que acontece quando guardamos um número de telefone até o momento em que o utilizamos, esquecendo-o a seguir; são portanto, memórias que não ultrapassam a memória de curta duração e duram poucos segundos.

Vale observar que as memórias extintas e reprimidas não são esquecimentos reais, uma vez que podem ser evocadas espontaneamente; são formas de inibir a evocação ou mesmo de escamotear memórias. A persistência das memórias por períodos curtos, tanto na memória de trabalho, quanto na memória de curto prazo, também não equivalem ao esquecimento real. O esquecimento real é a memória que se perde “...

inexoravelmente e de forma irreversível”. O que [Izquierdo](#) et al. (2006, p. 294) não deixam claro é se o esquecimento real só pode ser aplicado às memórias de longo prazo.

O autor supracitado observa, também, que esquecemos para poder pensar, para poder conviver com outras pessoas e até para poder sobreviver. Sendo assim:

Esquecemos talvez, em parte porque os mecanismos que formam e evocam memórias são saturáveis. Não podemos fazê-los funcionar constantemente de maneira simultânea para todas as memórias possíveis, as existentes e as que adquirimos a cada minuto. Isso obriga naturalmente a perder memórias preexistentes, por falta de uso, para dar lugar a outras novas. ([Izquierdo](#), 2004, p.21).

Com efeito, o esquecimento é inerente às faculdades mentais e cognitivas do cérebro, pois, sejam essenciais para a sobrevivência ou banais, as informações só são armazenadas enquanto forem necessárias. Nesse contexto, cabe notar que, se o esquecimento é fundamental para a memória biológica, talvez também o seja, quem sabe em menor grau, nos outros tipos de memória abordados a seguir.

O Esquecimento e as Temporalidades da Memória

A memória, enquanto fenômeno social, pode ser entendida como a História, a tradição, a cultura de um povo. Pode, ainda, ser entendida como memória coletiva, aquela que ultrapassa a memória individual e biológica de um indivíduo por ser a memória de uma sociedade. Entretanto, para [Le Goff](#) (2003), a memória coletiva refere-se à memória da sociedade oral, pois, com o advento da escrita, a memória coletiva se materializa em duas formas: *a primeira é a comemoração, a memória no formato da inscrição e do monumento, e a segunda, é a forma do documento em suportes próprios para o registro da escrita. O autor sinaliza claramente que a escrita ocasiona uma “uma profunda transformação na memória coletiva.”* ([Le Goff](#), 2003, p.427).

Para estudar o esquecimento, como categoria da memória, julgamos conveniente dividir a memória em três temporalidades distintas: oral, a escrita e a digital. Vale notar que não se trata de eras que se sucedem, mas de épocas nas quais uma ou outra técnica de comunicação e transmissão de conhecimento se sobrepõe às demais.

Memória Oral

As sociedades consideradas orais são aquelas que antecedem a invenção da escrita, nas quais todo o saber era transmitido oralmente aos indivíduos por meio de narrações, ritos e mitos. Essa temporalidade utiliza-se, basicamente, da memória biológica para a conservação dos saberes.

A memória e a tradição eram inscritas e preservadas nas mentes dos integrantes do grupo e repassadas por gerações.

Refere [Lévy](#) (1993, p. 77), “*Na oralidade primária a palavra tinha como função básica a gestão da memória social, não a simples livre expressão das pessoas ou a comunicação prática cotidiana.*” Sendo assim, quase todo o edifício cultural estava fundado sobre a lembrança dos indivíduos e a inteligência, nessas sociedades, estava identificada com a memória (*sobretudo a auditiva*).

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses, apontados por [Le Goff](#) (2003): a idade coletiva do grupo, fundada em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes, que se exprime pelas genealogias; e o saber técnico, transmitido por meio de fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa.

A comunicação era realizada “*face a face*” e, segundo [Villaça](#) (2002), implicava em um contexto de co-presença na qual produtores e receptores compartilhavam um mesmo referencial de espaço e de tempo. As palavras vinham acompanhadas de toda uma semiótica corporal que clarificava a compreensão da mensagem e reduzia a ambigüidade.

Os anciãos, nessa época, eram considerados sábios guardiões da memória que, por sua vivência e experiência adquiridas com a idade, detinham valiosos conhecimentos e preciosas lembranças. Para [Lévy](#) (1998, p.177): “*quando um ancião morre, é uma biblioteca que se queima.*” Esses homens-memória, os guardiões da memória coletiva, encarregavam-se de reter as genealogias e o saber técnico, bem como os mitos e ritos religiosos. Outro exemplo de homens-memória são os “*mnemones*”, ou os funcionários da memória:

que são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas memórias vivas transformaram-se em arquivistas. (Le Goff apud [Lucas](#), 1998, p. 6).

Nesse sentido, cabe notar que o esquecimento, nas sociedades orais, estava sempre presente, uma vez que tudo o que não fosse reiterado e repetido, constantemente, estaria condenado ao esquecimento. Para preservar a memória, ritos e mitos eram repetidos quase intocados, pelas rodas das gerações, como observa [Lévy](#) (1993). Nada era transmitido sem que fosse observado, escutado, repetido, imitado e atuado pelas próprias pessoas ou pela comunidade como um todo.

Memória Escrita

À medida que passamos da ideografia ao alfabeto o tempo torna-se cada vez mais linear e histórico. “*Os calendários, as datas, os anais, os arquivos, ao instaurarem referências fixas, permitem o nascimento da História, se não como disciplina, ao menos como gênero literário.*” “*A história é um feito da escrita.*” ([Lévy](#), 1993, p. 94-95).

Com o advento da escrita, os fatos poderiam ser registrados em suporte, não mais cabendo à memória humana a exclusiva função de reter e preservar informações. O eterno retorno da oralidade foi substituído pelas longas perspectivas da história. Nesse contexto, a memória separa-se do sujeito ou da comunidade tomada como um todo, tornando-se objetiva, morta, impessoal e separando o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva. Com o advento da escrita, o saber torna-se disponível, estocado, consultável, comparável, deixando de ser apenas aquilo que é útil no dia-a-dia para ser um objeto suscetível de análise e exame.

Os suportes de inscrição dos fatos (*a argila, as tábuas de cera, o pergaminho, o papiro ou o papel*), representaram uma extensão da memória biológica humana. Assim, a escrita estendeu a memória biológica transformando-a em grande rede semântica de memória de longo prazo. “*O corpus do passado encontra-se definitivamente preservado.*” ([Lévy](#), 1993, p. 98).

Dessa forma, com a externalização da memória, esta deixava de se restringir às funções cognitivas de reter, preservar e recordar. Corroborando essa idéia, [Villça](#) (2002, p.34.) afirma:

A utopia cognitiva de uma nova língua que mediatizaria as relações entre os homens e lhes imporia a evidência da verdade implicava em que os procedimentos de memorização, tradicionalmente ligados à imaginação pessoal, desaparecessem em proveito de suportes formais externos. Implicava igualmente a possibilidade de os parceiros da comunicação já não serem apenas seres humanos, mas quaisquer ‘seres’ aptos a emitir ou receber mensagens formais.

Para [Platão](#) (428-348 a.C.), a invenção da escrita seria responsável pela obliteração da memória biológica, provocando o esquecimento. Isso porque, ao se externalizar o que se desejava guardar, já não era preciso reter na memória e, assim, os fatos seriam esquecidos.

Em Fedro, Platão, ao buscar a origem da escrita, encontra no mito egípcio “[Theuth](#)” (*identidade emprestada de um personagem, Thot, o deus da escrita*) suas inquietações filosóficas, sobretudo as

referentes à memória e ao [logos](#). Quando o deus Theuth apresenta ao rei, Thamous, sua invenção, a escrita, assim argumenta: “*Eis aqui, oh, Rei, diz Theuth, um conhecimento (tò máthema) que terá por efeito tornar os egípcios mais instruídos e mais aptos para se rememorar: memória e instrução encontram seu remédio (phármakon).*” ([Derrida](#), 2005, p. 21).

Essa ambigüidade ou polissemia do termo grego, “*phármakon*”, que designa veneno e remédio, na verdade, contempla a visão dialética com que Platão apresenta seus discursos. Tem-se a relação entre o saber vivo e o saber morto, o saber de cor e o texto fixo, e assim a escrita é apresentada, por Platão, como um *phármakon*, conforme [Derrida](#) (2005, p. 17), “O livro, o saber morto e rígido encerrado nos biblias, as histórias acumuladas, as nomenclaturas, as receitas e as fórmulas aprendidas de cor, tudo isso é tão estranho ao saber vivo e à dialética quanto o *phármakon* é estranho à ciência médica.”

Assim, afirma que a escrita é o “*phármakon*”, veneno e remédio para a memória. Remédio, para Theut, que a vê como recurso de memória e veneno para o rei Thamous, que a considera nociva à memória viva e, portanto, de pouco valor, uma vez que o “*phármakon*” da escrita era comparado “*a hupómnésis (re-memoração, recoleção, consignação) e não para a mnéme (memória viva e conhecedora).*” ([Derrida](#), 2005, p. 36).

Percebe-se que essa tecnologia, a escrita, suscitou, à época, reflexões de suas implicações cognitivas. Com efeito, como previu Platão, o [logos](#), hoje, está relacionado à escrita, ou seja, é uma *logografia*, e assim as mnemotécnicas ou artes da memória, a retórica e o logos vivo cederam lugar ao discurso verbal escrito.

Quais seriam as implicações para a memória biológica? Não sabemos ao certo, entretanto, o esquecimento é a categoria menos proeminente na memória escrita, ao contrário da memória digital, que é, em essência, fugaz. Com a escrita, percebe-se o deslocamento semântico e pragmático da memória, ou seja, a memória na sociedade oral significou reter, saber de cor determinados saberes. Platão previu esse deslocamento do sentido da memória com o advento da escrita, uma vez que tal tecnologia não se prestava à memória viva, o saber de cor, à memorização, mas sim, ao registro que poderia ser retomado, externamente, o que ocorreu, de fato, muitos anos após o advento da escrita. Eis que a preservação, e não mais a “*decoreção*”, tornou-se o sentido semântico da memória escrita.

Na Idade Média, a memorização se fez presente, mesmo com a escrita, por meio das mnemotécnicas e da retórica, até o momento em que se tornou a tecnologia dominante e o atrator cognitivo da sociedade. Nessa direção [Lucas](#), (1998, p. 3) a partir da leitura de Leroi-Gourhan, comenta:

a revolução da memória pela imprensa até seu aparecimento dificilmente distinguem diferenças entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa de conhecimento permeia as práticas sociais e as técnicas; sendo que é no manuscrito que se fixa, desde a Antigüidade, todo o saber acumulado, para ser aprendido de cor. Com o impresso, o leitor além de ter diante de si uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, é freqüentemente exposto a textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual.

Com a escrita e, sobretudo, com a imprensa, a quantidade de informações registradas aumentou consideravelmente, favorecendo a criação dos arquivos, bibliotecas e museus, as instituições-memória, como as denominou [Le Goff](#) (2003). A escrita externaliza a capacidade de memorização do cérebro humano; assim, aparentemente, tudo é possível de ser lembrado, uma vez que seja registrado e preservado.

Por outro lado, nem tudo que está registrado é lembrado, o que na análise do discurso é considerado de esquecimento. Para os linguistas, em especial para [Ducrot](#) (1977), o discurso é explorado como lócus de memória e, nesse contexto, o esquecimento é uma categoria contemplada, assim que, para [Orlandi](#) (2000, p.10):

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que toma possível o diferente, a ruptura, o outro.

Continuando o raciocínio de [Orlandi](#) (2000), a paráfrase, o sempre retomado e lembrado, é, portanto, a memória que se estabiliza pela repetição. Já o esquecimento é a ruptura, a possibilidade do novo e da criação, o que implica dizer que o esquecimento, na análise do discurso, tem efeito, ao que parece, positivo, assim como para a memória biológica, sendo considerado como processo natural de regulação do cérebro no uso das faculdades mentais normais.

[Le Goff](#) (2003) afirma que os silêncios e esquecimentos da História são instrumentos de dominação ou mesmo de manipulação das classes dominantes das sociedades históricas, já que os lugares da memória, como os museus, bibliotecas e arquivos, originalmente, foram concebidos para guardar acervos reais ou para servir as monarquias, antes de se tornarem públicos. Percebe-se, então, que o esquecimento, nessa fase da memória, adquire características distintas.

No entanto, parece haver, com o aparecimento da escrita, uma tendência em “separar” os fatos que devem ser registrados em suportes e ali permanecer por tempo indeterminado, conservando uma memória registrada pela escrita com durabilidade maior, mais objetiva, fiel, e, portanto, mais confiável e, por esse motivo, tão associada à memória de longo alcance ou, ainda, à memória semântica, que consiste na memória do conhecimento. Pela fixidez do signo e do suporte os quais atribuem a esse tipo de memória o caráter de materialidade, a relação da memória impressa com a preservação se faz quase que de forma sinônima, instaurando na práxis biblioteconômica o mesmo paradigma.

Por causa disso, essa área esqueceu-se que o esquecimento é a outra face da moeda, ou seja, da memória. Assim como alguns discursos escritos, são retomados, são considerados “*esquecimentos*”, as bibliotecas tradicionais possuem seus nichos de esquecimentos, uma vez que nunca conseguiram, nem conseguirão reunir em um só espaço uma biblioteca universal.

Memória Digital

A sociedade digital começou a desenvolver-se a partir do surgimento das primeiras máquinas de calcular, no final do século XIX. Os avanços das tecnologias digitais prosseguiram à grande velocidade e, atualmente, há uma utilização massiva dessas novas técnicas. Vale observar que uma tecnologia não substitui nem oblitera a anterior, apenas a supera em certos aspectos, tornando-se, em determinado momento, predominantemente utilizada em relação às já existentes e, ao mesmo tempo, deslocando o sentido semântico da memória ao atributo mais característico que lhe é conferido.

Antes de ater-nos à memória digital em rede, cabe notar que, da mesma forma que a escrita era considerada uma extensão da memória biológica humana, os computadores, com suas possibilidades de registro, armazenamento e recuperação de dados, são vistos, muitas vezes, como metáforas da memória.

A metáfora do computador foi utilizada no cognitivismo para explicar processos na memória como “*entrada*”, “*leitura*”, “*codificação*”, “*memória de reserva*”, “*memória de trabalho*”, “*armazenagem*”, “*endereço*”, “*comparação*”, “*sobregravação*”, “*acesso*”, entre outros. Percebe-se a grande influência dessa área na ciência da informação.

Por outro lado, a metáfora da mente, nos estudos das redes neurais, no connexionismo, está impulsionando o desenvolvimento das pesquisas na informática, de modo que há uma relação explícita e conceitual entre a memória e o computador. Segundo [Kanaan](#) (1998), a memória, em um computador, é um conjunto de circuitos no qual o microprocessador realiza dois tipos de operação, leitura e escrita. O autor distingue três tipos de memória:

- *memória interna (RAM). É a memória de acesso aleatório, que constitui a memória do processador. É considerada uma memória volátil, pois, quando deixa de receber energia elétrica, ou quando o sistema de computação é desligado, perde todo o seu conteúdo. Esse tipo de memória pode, sem dúvida, ser comparado à memória de trabalho identificada por Izquierdo (2004);*

- *memória intermediária. É como um elemento interno e atua como um sincronizador entre a memória interna e a externa, na ação de cada uma. Realizando uma analogia com a memória humana, esse tipo de memória corresponderia à memória de curto prazo;*

- *memória externa (ROM). É de um tipo de memória cujo conteúdo é gravado pelo fabricante do computador e não pode ser regravado. É uma memória permanente. Essa memória pode ser comparada à memória de longo prazo que, embora sofra alterações ao longo do tempo devido a sua característica de subjetividade, tende a durar um tempo muito maior que as demais memórias.*

Para Lévy (1993), a escrita permitiu estender a capacidade da memória de curto prazo, isto é, ao registrar o signo, o mesmo permanece estável e passível de uso, reuso e manipulação. A informática, entendida como tecnologia intelectual, mesmo que estenda a memória de trabalho biológica, sua capacidade de imaginação e visualização “*funciona mais como um módulo externo e suplementar para a faculdade de imaginar.*” (p. 124) .

Prosseguindo com o autor, lembramos que, se à primeira vista a informática faz crer na continuidade da inscrição do signo sobre o território, ao contrário, ela serve “... *à mobilização permanente dos homens e das coisas ... de uma reorganização permanente e em tempo real dos agenciamentos sóciotécnicos: flexibilidade, fluxo tensionado, estoque zero, prazo zero.*” (p.114).

Tratemos, por ora, da sociedade após o advento das tecnologias das redes digitais. Na sociedade digital, as relações com o tempo e o espaço modificam-se substancialmente. Não se trata mais do tempo linear da História. O tempo da sociedade digital é o tempo real, o agora, o imediato.

Autores como Ferreira e Amaral (2004, p.163) dizem existir uma preocupação com a memória contemporânea, que consiste no fato de que o arquivamento digital não apresenta a linearidade temporal (*da narrativa*) das memórias anteriores. As memórias anteriores ao formularem uma narrativa, “*na qual a consciência pudesse operar um alinhamento do passado, do presente e do futuro, não estariam sendo lançadas no abismo com o arquivamento eletrônico da memória?*”

O arquivo digital tende a barrar a possibilidade de uma narrativa linear: sua lógica é descontínua; ela opera por saltos espaciais e temporais. Ora, nesse contexto, como evocar o passado diante da fragmentação da pós-modernidade? Estaríamos falando de memória? A resposta talvez seja sim, isto é, estamos falando de uma memória, mas com certeza, de outra memória. A redefinição da nossa contemporaneidade passa pela própria redefinição do tempo e espaço. Os autores continuam dizendo que, se esse arquivo estiver “*verdadeiramente*” sendo produzido:

Ele é descontínuo, ele é o lugar e o não-lugar da confluência e do conflito. Não se trata aqui de negar a força hegemônica deste processo de arquivamento. Pelo contrário, propomos apenas que essa técnica apenas se viabiliza abrindo-se à diversidade das técnicas. Essa abertura é o espaço indefinido tanto no exercício político num sentido mais plural como do poder que reforça hegemonias e hierarquias preestabelecidas. (Ferreira; Amaral, 2004, p.163).

O espaço de inscrição já não é apenas a mente dos indivíduos, nem os suportes, físicos como o papiro ou o papel. Ele é um novo espaço, um espaço virtual, aberto, plástico: o ciberespaço. O ciberespaço, na

concepção de [Monteiro e Pickler](#) (2007, p.17), consiste em:

Um universo virtual onde se encontram quantidades massivas de dados, informações e conhecimentos. Onde textos são mixados à imagens e sons, em um hipertexto fluido e cheio de possibilidades. Um ambiente não físico, mas real, um espaço aberto, cheio de devires, onde tudo acontece instantaneamente, em tempo real e de durabilidade incerta.

Como observam as autoras supracitadas, as informações disponíveis no ciberespaço não têm garantias de durabilidade. Isso porque a preservação não é uma característica predominante nesse meio, pois o que vale é o tempo imediato. Comparando a memória biológica com as novas possibilidades criadas com o surgimento da *Web*, Caygill apud [Ferreira e Amaral](#) (2004, p.160) ressalta:

O conjunto de técnicas que constituem a WWW e sua base tecnológica nos computadores interligados da internet parecem prometer uma nova arte da memória, na qual o conhecimento pensado como invenção tecnológica substitui o conhecimento como recordação, e na qual o arquivo figura como um efeito das conexões possibilitadas pelo trabalho tecnológico de memória, ao invés de um dado (e cuidadosamente policiado) estoque de informação. No entanto, também se poderia argumentar que, longe de superar a versão clássica da memória, a WWW representa sua apoteose.

A memória, no caso da sociedade digital, encontra-se tão objetivada em dispositivos automáticos e tão separada do corpo dos indivíduos ou dos hábitos coletivos que [Lévy](#) (1993, p. 131-2) afirma se a própria noção de memória ainda é pertinente:

O enorme estoque de imagens e palavras ressoando ao longo das conexões, cintilando sobre as telas, repousando em massas compactas nos discos, esperando apenas um sinal para levantar-se, metamorfosear-se, combinar-se entre si e propagar-se pelo mundo em ondas inesgotáveis, esta profusão de signos, de programas, esta gigantesca biblioteca de modelos em vias de construção, toda esta imensa reserva não constitui ainda uma memória. Porque a operação da memória não pode ser concebida sem as aparições e supressões que a desagregam, que a moldam de seu interior ... Ainda é necessária, portanto, uma memória humana singular para esquecer os dados dos bancos, as simulações, os discursos entrelaçados dos hipertextos

Se compararmos as três temporalidades mencionadas, em relação ao tipo de memória predominante em cada uma delas, veremos que, além de afetar a memória de maneiras diferentes, o esquecimento também ocorre de forma mais evidente em um ou outro tipo de temporalidade (*técnica*) da memória.

No caso da memória oral, como vimos, o que interessa era preservado por meio da constante transmissão oral de ritos e mitos pelas rodas das gerações. Dessa forma, era esquecido o que não era reiterado. Na memória escrita, por sua vez, o conhecimento julgado conveniente de ser preservado era (*e é*) registrado em suportes, preservando-se a memória.

Na sociedade digital, sobretudo no ciberespaço, o esquecimento é uma constante (*como na memória biológica*), pois nesse meio não há garantias de preservação. O esquecimento é inerente ao ciberespaço, se levarmos em conta que a “*retirada*” de documentos antes disponíveis na rede implica em esquecimento. Com efeito, podemos perceber que o esquecimento afeta, de maneira muito mais sutil, a sociedade escrita que as demais. O esquecimento, entre outras características, aproxima a sociedade oral da sociedade digital.

A Ciência da Informação, a Memória e o Esquecimento

Da mesma forma como outros campos interdisciplinares, a Ciência da Informação nasceu no bojo da revolução técnica e científica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. A ênfase dada à área, a que se denomina Ciência da Informação, deve-se ao seu esforço para enfrentar os problemas de organização, crescimento e disseminação do conhecimento registrado, que vem ocorrendo em proporções geométricas, como observa Oliveira (2005).

A Ciência da Informação, na definição de Borko (apud [Oliveira](#), 2005, p.16), é:

uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para otimizar sua acessibilidade e utilização. Está relacionada com o corpo de conhecimento relativo à produção, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Assim, para esse campo de conhecimento, a categoria proeminente de estudo da memória recai sobre a preservação. Esta categoria, evidentemente, é muito importante para o profissional da informação, sobretudo porque as tecnologias da informação e da comunicação têm uma relação estreita com o conceito de memória, porque a preservação é a garantia de guarda e recuperação da memória.

Nesse contexto, a preservação dos suportes de informação sempre esteve em evidência na Ciência da Informação. Os documentos são organizados e armazenados para que possam ser encontrados e, por consequência, a Ciência da Informação não opera com o esquecimento. É comum encontrar, na literatura da área, o termo “*memória*” com o sentido de preservação de documentos, muitas vezes, até, como sinônimo de bibliotecas. As bibliotecas, os arquivos e os museus constituem a memória de um povo. E a própria noção de memória consiste em uma analogia da memória humana, responsável por reter informações na mente e recuperá-las quando necessário.

No corpus teórico da área há também um postulado sobre o esquecimento, embora não considerado assim pelos profissionais. Tal postulado situa-se na política de desenvolvimento de coleções, ou seja, no “*desbaste*”, sendo que o seu conceito é:

utilizado para designar o processo de retirar do acervo, títulos ou partes da coleção com finalidade específica para a obtenção de maior espaço físico para a coleção em uso e para manter a qualidade do acervo. O material poderá ser remanejado ou descartado segundo critérios estabelecidos. ([Universidade](#), 2004, p.13).

Ora, ao extrair documentos e coleções de um acervo, estamos operando um certo esquecimento, nesse caso, um esquecimento necessário, apregoado por uma política de desenvolvimento de acervos com o fim de dar condições de crescimento para outras coleções, semelhantemente ao que ocorre com a memória oral, que esquece informação menos importante para concentrar-se nos eventos mais significativos à memorização.

A reflexão sobre o esquecimento é deveras importante, sobretudo em um campo de conhecimento que concebe a memória como preservação, para compreender que essa mesma memória possui outras categorias, tem sobretudo, relação com as tecnologias de informação e comunicação, operando sua pragmática na sociedade. Enfim, podemos até fazer o deslocamento semântico do termo “*memória*” com a área em relação à memória organizada e preservada, que permite a disseminação e a recuperação do conhecimento. Hoje, no ciberespaço, a memória é “*buscada*” pelos mecanismos de busca, talvez porque esteja “*perdida*”, sem organização rigorosa dos processos de tratamento e representação da informação.

Considerações Finais

O esquecimento é um procedimento comum e natural no processo de memorização. A mente esquece fatos irrelevantes para concentrar-se no armazenamento de dados considerados de maior importância. Até mesmo a memória técnica é constituída de esquecimento. Não é possível memorizar tudo o que está disponível, nem

na mente humana (*oralidade*), nem nos “*lugares da memória*” (*escrita*), nem mesmo, no ciberespaço (*digital*). Sendo assim, cabe questionar a práxis biblioteconômica e sua relação com o esquecimento, no intuito de compreender que, mesmo preservando o conhecimento registrado em diversos suportes, algumas formas de esquecimento estavam ali, explícita ou implicitamente.

O ciberespaço possibilita a virtualização e a desterritorialização dos signos. Sendo assim, cabe notar que, para [Bergson](#) (1999), a memória já é, por sua natureza, virtual, ela se atualiza quando é externalizada. A atualização registrada da memória (*leia-se “reificação”*) tende a retirar a potencialidade da virtualidade, mas, por outro lado, garante a fixação (*leia-se “preservação”*) dessa memória no território.

A memória digital está mais próxima à memória da oralidade que a escrita, uma vez que a transmissão de conhecimentos entre os indivíduos de um grupo ocorre de maneira semelhante: em tempo real. Além disso, a característica mais notável do ciberespaço é, justamente, a virtualidade.

No entanto, enquanto os fatos eram repetidos constantemente para que fossem gravados na mente, preservando-se a memória, as informações, no ciberespaço são efêmeras e instáveis. O documento hoje disponível na rede pode, no dia seguinte, já não estar disponível.

O ritmo de produção e disponibilização de dados e informações no ciberespaço é extremamente acelerado e, por esse motivo, talvez, a preservação não seja tão fundamental, já que novos conhecimentos estão disponíveis a cada dia. Como [Lévy](#) (1993, p.115) afirma: “*O devir da oralidade parecia ser imóvel, o da informática deixa crer que vai muito depressa, ainda que não queira saber de onde vem e para onde vai*”. “*Ele é a velocidade.*”

Com efeito, se até o momento a categoria ‘*preservação*’ assegurava a memória dos registros do conhecimento, com o advento do ciberespaço percebe-se que a preservação não atende satisfatoriamente a memória virtual no ciberespaço, devido à complexidade das novas representações, dada a virtualidade, tanto dos signos, quanto da mídia.

Sendo assim, podemos pensar que, se a Ciência da Informação sempre teve como prioridade a preservação da memória, para posterior recuperação e uso, com o advento das tecnologias da Internet que possibilitaram o surgimento do ciberespaço, a preservação, como a conhecemos, já não é possível. O ciberespaço, com seus devires e possibilidades, veio instaurar na Ciência da Informação uma categoria ainda não aceitável ou perceptível nessa área: o esquecimento.

A memória virtual no ciberespaço, de uma maneira geral, estaria mais ligada ao pensamento, à produção signífica de múltiplas semióticas, e aos esquecimentos do que às possibilidades físicas de conservação da produção humana, como nos registros impressos. Uma memória engendrada nela mesma, em tempo real e em contínua transformação. Como ela revela mais o estado atual de coisas do que a preocupação com a armazenagem dos dados, [Lévy](#) (1993, p. 115) diz que ela é mais espelho do que memória; “*espelhos o mais fiéis possível do estado atual de uma especialidade ou de um mercado.*”

Se a preservação como permanência do signo, fortemente ligada à memória escrita (*de longo alcance*), foi a principal categoria de apropriação ou mesmo de compreensão da memória em algumas áreas, percebe-se que há a necessidade de, neste momento de emergência das mídias digitais, buscar outras categorias que expliquem sua natureza, a fim de poder repensar as velhas práticas e, quem sabe, postular novas possibilidades paradigmáticas e pragmáticas para a memória. É, no momento, um dos grandes desafios da Ciência da Informação, ao qual se soma a compreensão teórica das múltiplas semióticas, por parte dos profissionais da informação. O fato é que estamos, na contemporaneidade, construindo outro tipo de memória.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- BARROS, Daniela Martí. A memória. *Comciência*, n. 52, p. 1-4, mar.2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/15.shtml>>. Acesso em: 04 junho 2007.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Rio de Janeiro: M. Fontes, 1999.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. As musas ensinam a mentir (Hesíodo, *Teogonia*, 27-28). *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, n.2, p.7-20, 2000. Disponível em: <<http://www2.dlc.na.pt/classicos/musas.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2006.
- CHAPOUTHIER, Georges. Registros evolutivos. *Viver Mente & Cérebro: Memória*, n.2, p. 8-13, jul. 2006. Ed. Especial.
- DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente*. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. 3.ed.rev. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- DUCROT, O. *Dizer e não dizer. Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. *Política & Sociedade*, v. 4, p.137-166, abr. 2004.
- FIELDS, R. Douglas. Memórias que ficam. *Scientific American Brasil*, v.3, n. 34, p. 61-67, mar. 2005.
- IZQUIERDO, Ivan. *A arte de esquecer*. São Paulo: Vieira & Lent, 2004.
- IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- IZQUIERDO, Ivan; BEVIL AQUA; Lia R. M.; CAMMAROTA, Martín. *A arte de esquecer*. *Estudos Avançados*, v. 20, n.58, p. 289-96, 2006.
- KANAAN, João Carlos. Memória. In: _____. *Informática Global: tudo o que você precisa saber sobre informática*. São Paulo: Pioneira, 1998. p.53-56.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 419-476.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.
- LÉVY, Pierre . *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. *Transinformação*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 1-6, jan/abr. 1998.
- MATOS, Olgária. Democracia midiática e Republica cultural. In: _____. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Nova Alexandrina, 2006. p.7.34.
- MONTEIRO, Silvana Drumond; PICKLER, Maria Elisa Valentim. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *Datagramazero - Revista de Ciência da Informação*, v.8, n.3, jun.2007. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 2 jun.2007.
- OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução de Ciência da Informação. In:_____(Coord.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 9-28.

ORLANDI, Eni. P. Análise do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 2000.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>> Acesso em: 08/03/2007.

SANTO AGOSTINHO. Confissões. São Paulo: Nova Cultural, 1984. Livro X, p.7-26.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspec. Ci. Inf., v.1, n.1, p.41-62, jan./jun.1996.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. Educação & Sociedade, ano 21, n. 71, p. 166-193, jul. 2000.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Ensino. Biblioteca Universitária. Política de desenvolvimento de coleções. Florianópolis, 2004. <<http://www.bu.udesc.br>>. Acesso em: 07 jun. 2007.

VILLAÇA, Nízia. Impresso ou eletrônico? Um trajeto de leitura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

Sobre os autores / About the Authors:

Silvana Drumond Monteiro

drumond@sercomtel.com.br

Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP). Docente do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina.

Ana Esmeralda Carelli

carelliana@uol.com.br

Doutora em Psicologia (PUCCAMP). Docente do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina

Maria Elisa Valentin Pickle

elisamarilia@yahoo.com.br

Bacharel em Biblioteconomia

